

## **PERONISMO: MOVIMENTO POPULAR DEMOCRÁTICO, OU POPULISMO AUTORITÁRIO? (1945-1955)**

**Margarita Victoria Rodríguez**  
**Universidade Católica Dom Bosco'**

Este trabalho é um estudo histórico do governo peronista<sup>1</sup> (1946-1955), período que teve grande influência na vida política argentina, a partir da década de 1940, e que ainda é um tema que suscita amplos debates.

O Peronismo tem sido razoavelmente investigado em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Autores como Ipola (1982), Laclau (1979), Waldmann (1986) têm chamado a atenção para algumas das condições econômicas que o originaram: supremacia da burguesia sobre as oligarquias agrárias, vitória da indústria sobre a agricultura, a hegemonia da cidade sobre o campo, processo de mudanças sociais, entre outros.

O estudo deste período ganha relevância e atualidade, na medida em que permite entender muitas das políticas públicas posteriores que buscavam contestar ou derrogar medidas do governo peronista.

O peronismo apresenta certa semelhança com as políticas adotadas pelos diferentes governos na América Latina, em relação ao processo de re-acomodação do capitalismo em nível mundial, no período de “entre guerras” e “pós-guerra”. Assim, foram implementados planos de governo que transcenderam a fronteira do “nacional”.

Citamos, a título de exemplo, algumas medidas adotadas pelo peronismo no período que vai de 1946 a 1955:

- a) Intervenção estatal na esfera econômica.
- b) Nacionalização da economia.
- c) Substituição de importações.
- d) Re-acomodação da burguesia agrária e sua participação na industrialização do país.

O aparelho estatal criou as condições para o desenvolvimento de uma indústria nacional. Octavio Ianni, em seu livro “Estado e Capitalismo”, explica que o Estado teve como objetivo o desenvolvimento dos instrumentos e das instituições que tinham por fim a realização de operações destinadas ao desenvolvimento da economia nacional.

No âmbito educativo, o peronismo mostrou um interesse por ampliar as vagas em todos os níveis do ensino, contradizendo a política liberal e laica dos períodos anteriores. Utilizou os meios de comunicação - cinema, jornal e rádio-, e o aparelho escolar como órgão

difusor de suas idéias. O governo procurou dominar o aparelho educativo, para tanto se valeu de complexas estratégias que não obedeciam aos modos institucionais tradicionais. Assim, criou uma série de organizações paralelas, ao sistema oficial, com o objetivo de controlá-lo.

Perante a falta de um programa escolar com conteúdos e ações concretas e diante às resistências encontradas no âmbito educacional, o regime desenvolveu uma série de medidas fundadas numa política de massa que priorizava estratégias paralelas ao sistema educacional. Assim o governo privilegiou a reforma administrativa em detrimento da reforma pedagógica, pregada nos discursos, mas não efetivada na prática. Usou simultaneamente a escola primária como órgão de difusão e aparelho disciplinador da população, visando consolidar a hegemonia política e ideológica do regime.

Cabe esclarecer que não fazemos uma caracterização do peronismo porque, como fenômeno complexo, oferece demasiados perfis e variáveis, e provavelmente acabaríamos por formular uma esquematização inoportuna. Portanto, nos detemos apenas em alguns aspectos marcantes do movimento.

Num primeiro momento, analisamos o contexto social, político e econômico que deu origem ao peronismo. A seguir destacamos sua particular interlocução com os trabalhadores e a relação do regime peronista com os grupos de poder da sociedade argentina. E por último, elaboramos uma periodização do regime e discutimos as influências filosóficas, políticas e ideologias das que foi objeto.

## **1. O regime peronista e a construção de uma nova hegemonia**

O movimento peronista surgiu num contexto nacional marcado por mudanças nas condições do desenvolvimento econômico. Com a crise mundial de 1929 os países desenvolvidos -compradores de produtos primários- adotaram medidas de corte protecionista, e a Argentina enfrentou dificuldades para colocar seus produtos tradicionais (carnes e cereais), no mercado internacional. Este fato levou à ruptura do “crescimento para fora” e gerou condições para um virtual crescimento interno, propiciando o desenvolvimento da indústria leve. Este processo de lenta industrialização provocou a perda da exclusividade do poder econômico da burguesia agrária.

O processo industrializador em gestão corresponde à entrada em cena de novos setores sociais, com interesse de influir na composição da estrutura econômica argentina e a presença, organizada ou não, de setores do trabalho (PINKASZ, 1989: 21).

---

<sup>1</sup> Este período é relevante na medida em que se apresenta à população como uma proposta diferente da liberal e da conservadora conhecidas até então.

De 1850 a 1930, as economias da América Latina se incorporam ao mercado mundial a partir da consolidação dos Estados Nacionais, que criaram as condições necessárias para as atividades econômicas. Na Argentina, antes da crise de 1930, oligarquias latifundiárias locais tinham o poder, e organizaram um Estado central que representava seus interesses, tendo como princípio articulador o **liberalismo** econômico.

A implantação do Estado oligárquico esteve sustentada pela ideologia liberal, que demonstrou uma grande capacidade de absorver a ideologia das massas e integrá-la ao seu discurso. O pensamento oligárquico estava alicerçado em duas concepções filosóficas e políticas, por um lado a idéia do progresso positivista permitiu o desenvolvimento econômico ligado ao mercado mundial. Por outro, a concepção “europeísta”, que defendia as formas de vida e os valores europeus como símbolo da “civilização” em desprezo pelas tradições populares nacionais, por representar o atraso e obscurantismo. Também a ideologia liberal argentina rejeitava o personalismo político. Sendo assim, a presença de líderes políticos, como Hipólito Yrigoyen, que faziam contato direto com as massas, prescindindo dos espaços tradicionais, gerou ampla desconfiança no poder oligárquico.

Com efeito, os governos de caráter popular como o de Yrigoyen (1916-1922 e 1928-1929), que possibilitavam o acesso da classe média ao poder político, foram questionados e atacados pela oligarquia tradicional. Porém, durante este governo, manteve-se sem mudanças o esquema capitalista imperialista de crescimento para fora.

O governo de Yrigoyen poderia ser caracterizado como *nacional-popular*, mas não produziu modificações substanciais na estrutura econômica e de dominação do país. O poder seguiu sendo controlado, fundamentalmente, pelos grandes proprietários de terras e pelos setores ligados à exportação de carne, através dos frigoríficos de propriedade inglesa e norte-americana (AZNAR, 1982: 293).

Em 1922, o triunfo eleitoral da União Cívica Radical-UCR levou ao poder Marcelo T. de Alvear, que se afastou do ‘populismo’ original do radicalismo. Seu governo esteve constituído por personalidades ligadas aos setores tradicionais, opostos aos interesses da classe média e dos proletários. Nas eleições de 1928, triunfou novamente Yrigoyen, como candidato pela UCR. Nesta segunda presidência, teve que enfrentar uma forte crise econômica e social. Simultaneamente, houve um reagrupamento dos grupos conservadores, que abandonaram seu projeto liberal e tomaram posições próximas ao fascismo europeu.

O crescimento político da UCR e sua inserção nas massas determinaram que, em 1930, setores da oligarquia delegassem aos grupos conservadores nacionalistas e aos setores antiliberais do Exército a tarefa de restaurar a hegemonia da classe oligárquico-liberal que interrompeu a continuidade democrática. Finalmente, em 6 de setembro de 1930, mediante

um golpe militar assumiu o governo General José E. Uriburu, ex-deputado conservador e propugnador do corporativismo.

A oligarquia detinha o poder de modo fraudulento e, a partir de 1930, aplicava estratégias de falsificação da vontade eleitoral. Entretanto, as Forças Armadas representavam para a opinião pública a única instituição que ficava distante das práticas políticas corruptas.

Retomando o controle do aparelho estatal os grupos ruralistas, que sempre mantiveram o poderio econômico. A oligarquia agrária começou a desenvolver uma transformação do modelo de acumulação, mediante a industrialização de produtos primários.

Mas o sistema político, que tinha atingido um precário equilíbrio dentro do esquema conservador, em 1940 entrou novamente em crise, devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial. O quadro de abastecimento externo era semelhante ao da primeira Guerra e entraram em conflito as mesmas forças internacionais. Interrompeu-se o ingresso de artigos importados favorecendo a indústria nacional. Na Segunda Guerra, a estrutura fabril argentina, tinha uma base mais sólida e diversificada, com tecnologia relativamente moderna e eficiente, contava com um desenvolvimento da indústria militar nacional e se havia intensificado o desenvolvimento da indústria leve.

A oligarquia detinha o poder de modo fraudulento e, a partir de 1930, aplicava estratégias de falsificação da vontade eleitoral. Entretanto, as Forças Armadas representavam para a opinião pública a única instituição que ficava distante das práticas políticas corruptas.

## **2. O movimento Peronista e o apoio dos setores populares**

Na década de 1940 as mudanças nas relações econômicas colocaram o país numa relação desigual com o mundo capitalista desenvolvido, este fato contribuiu para que a sociedade argentina questionasse o poder da oligarquia agrária.

Os setores conservadores haviam estruturado um regime político que não respondia aos interesses da classe média e dos novos setores em ascensão -pequenos proprietários e comerciantes, empregados, profissionais-, que haviam apoiado o radicalismo. Assim, as críticas dos grupos liberal-progressistas -representados pela UCR- à política internacional, somadas às contradições internas do exército, desencadearam a crise que culminou com o golpe militar em junho de 1943, encabeçado pelo General Pedro P. Ramírez, ministro de Guerra.

Neste contexto, alguns oficiais jovens, organizaram o Grupo de Oficiais Unidos (GOU), onde o Coronel Perón teve direta participação, com o objetivo unificar o exército e aprofundar sua doutrina, além de “moralizar e disciplinar a sociedade”.

O golpe militar contou com a aceitação da população, desvendando o descrédito do sistema democrático liberal e dos partidos tradicionais. Depois do golpe, as contradições começavam a se manifestar, fora e dentro do Exército. A Argentina, junto com outros países da América Latina, recebiam pressões dos Estados Unidos para que abandonassem sua posição neutra e apoiasse os países Aliados, exigindo a ruptura das relações com a Alemanha, o que originou sérias discussões sobre as vantagens e desvantagens da medida.

Quando o Presidente Ramirez rompeu com o Eixo, se desencadeou dentro do exército uma profunda crise. O grupo que liderava o Coronel Perón percebia que era impossível manter a neutralidade internacional e apoiou a decisão de Ramirez. Outro grupo, mais intransigente queria manter a neutralidade a qualquer custo. A ruptura da neutralidade provocou também o afastamento de alguns grupos nacionalistas que apoiavam o regime autoritário.

Sendo assim, em 1945 o governo militar havia sofrido um desgaste e não contava com a mesma credibilidade junto à opinião pública. Insatisfeita pelo rumo que os militares tinham dado à “revolução”, a sociedade requeria a volta à normalidade democrática. Os grupos conservadores, os meios intelectuais democráticos e os estudantes iniciaram uma escalada opositora. Paralelamente, mudaram profundamente as relações entre o Estado e o movimento sindical. Os sindicatos tinham maior acesso ao Estado mediante a mediação da Secretaria do Trabalho conduzida por Juan D. Perón. A política trabalhista, aproximou Perón aos trabalhadores, e o afastou do resto dos militares.

Para entender o surgimento do movimento peronista, é necessário levar em consideração as importantes mudanças ocorridas na sociedade, dado que o peronismo era essencialmente um fenômeno urbano. A partir de 1935, as estruturas produtivas e ocupacionais sofreram uma série de transformações como consequência do processo de diversificação da produção industrial. Por um lado, se produziu uma diminuição das imigrações de origem européia, por outro, como consequência do desenvolvimento agropecuário e do crescimento industrial, se iniciou uma corrente migratória interna -das áreas rurais do leste e do norte argentino para Buenos Aires e o litoral-, acentuando-se a concentração urbana e o desequilíbrio demográfico. Estes novos operários, em geral, não tinham experiência sindical.

Durante a “década infame”<sup>2</sup>, a política social do governo, expressava-se através do chefe de polícia e os empregadores contavam com a força policial para controlar os protestos dos trabalhadores. Com a intervenção de Perón no âmbito sindical, esta atividade passou a estar diretamente determinada pela política. Os sindicalistas integravam-se, maciça e abruptamente, à classe política num processo de cooptação. “Só alguns sindicatos antigos e bem organizados tinham conseguido impor estatutos de proteção para suas ramificações trabalhistas. A maioria dos trabalhadores carecia de toda defesa contra a exploração patronal e, em geral, de proteção contra a pobreza e a doença.” (WALDMANN, 1986: 37).

Seis meses após o golpe de Junho de 1943, Perón assumiu o Departamento Nacional do Trabalho, que era uma repartição de assessoria, e o transformou num órgão de competência mais ampla e com maiores recursos administrativos. Criou a Secretaria de Trabalho e Previdência, e o líder político adquiriu grande prestígio, encarregando-se de resolver os problemas trabalhistas. A partir de 1944, Perón iniciou um processo de negociação e entendimento com alguns setores sindicais e trabalhistas, em defesa dos interesses dos trabalhadores, tarefa esta que até então só havia sido realizada pelos grupos socialistas de escasso poder político. Neste sentido, aplicou uma política de cooptação das organizações sindicais, aproveitando habilmente o espaço institucional gerado pela divisão da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Atraiu o grupo da CGT Nº. 1, que se declarou a-partidária e absorveu todas as organizações independentes. A CGT Nº. 2 manteve-se fiel aos princípios doutrinários do velho sindicalismo, defendia a separação entre os sindicatos e o poder político.

Uma nova unidade sindical foi formada, a CGT peronista, que conseguiu cooptar alguns líderes do antigo sindicalismo classista e os novos sindicatos surgidos com a diversificação da economia. “Dessa forma, o processo de transformação do movimento operário, iniciado em 1943, chega a 1945 com uma classe trabalhadora quase totalmente peronista.” (WALDMANN, 1986: 151).

As relações entre Estado e trabalhadores estiveram marcadas por contradições e conflitos, que culminaram na “crise de outubro”, que provocou a primeira manifestação maciça em apoio a Perón. A intervenção do líder em que Perón havia-se convertido, desencadeou desconfiança e mal-estar dentro e fora das forças armadas, e o Presidente da República o afastou de suas funções, decretando sua prisão. Portanto, pode ser considerado o

---

<sup>2</sup> Corresponde à década de 1930 após a queda do governo de Yrigoyen, se sucederam governos que praticavam a fraude eleitoral.

dia 17 de outubro de 1945 o momento fundacional do movimento peronista, porque acarretou uma grande efervescência popular, em defesa das políticas implementadas, na Secretaria de Trabalho e Previdência. Alguns historiadores, afirmam que Perón aceitou esta decisão sem questioná-la. Mas o movimento operário<sup>3</sup> organizou uma mobilização surpreendente para a época, proclamando seu retorno. E o governo, frente às pressões, resolveu libertar Perón, e permitiu sua participação nas eleições controladas pelo exército.

Esta data significou um momento marcante na vida do proletariado argentino:

O 17 de outubro não é uma greve revolucionária, nem uma mobilização pré-insurrecional, nem uma revolução democrática à escala, é a data do nascimento do peronismo político. É o momento em que o Exército resolve que governar a sociedade argentina não é tarefa militar, salvo que as classes dominantes entendam outra coisa. (HOROWICZ, 1986: 83)

Esta força trabalhista organizou o Partido Laborista que conduziu Perón à vitória eleitoral de 1946, obtendo aproximadamente 49% dos votos. Inicialmente o líder não pretendia criar um novo partido, pois tinha preconceitos em relação ao parlamento porque o associava à década infame, caracterizada pela corrupção e fraude eleitoral.

...em rigor o peronismo é o subproduto, o desprendimento da quebra do poder militar. E a quebra é um resultado direto da vontade do bloco da classe dominante de impedir um governo militar direto. (...) Este desprendimento é o produto da hostilidade da burguesia para a política social democrática da Secretaria de Trabalho e Previdência Social, por um lado, e da defesa que os trabalhadores fazem dessa mesma política. O peronismo é a via de acesso, a carta de cidadania política, o ingresso dos trabalhadores à república burguesa (HOROWICZ, 1986: 92).

### **3 O regime peronista e sua relação com os grupos dominantes**

Além do novo sindicalismo adepto ao governo, também emergiram nesse período outros grupos de industriais ligados essencialmente ao mercado interno, que unidos à ao exército (especialmente jovens militares), se constituíram nas forças hegemônicas do novo bloco de poder que apoiou ao peronismo.

Até a década de 1940, o setor industrial estava representado pela União Industrial Argentina (UIA), que respondia aos interesses dos grupos industriais mais poderosos. A corporação foi opositora ao grupo militar que assumiu o governo em 1943. Após 1946, manteve sua oposição ao regime peronista, quem teve uma relação muito conflitante com esta corporação: em 1946, a prescreveu e em 1952, criou a Confederação Geral Econômica, -

---

<sup>3</sup> Os setores abertamente peronistas, com o decisivo apoio militar e policial, organizaram um movimento popular para exigir o retorno de Perón. Neste movimento, teve um destacado papel Eva Duarte (“Evita”), a segunda esposa de J.D. Perón. Em 17 de outubro de 1945, volumosas colunas de partidários empreenderam a marcha para o centro de Buenos Aires partindo das zonas suburbanas e concentraram-se na Praça de Maio, reivindicando a liberdade e o regresso de seu chefe.

constituída pelos setores médios e pequenos das indústrias, sobretudo de Buenos Aires- para neutralizar a UIA.

Os setores industriais médios e pequenos apoiavam Perón porque representava uma possível saída para o desenvolvimento da indústria nacional. Apesar do enfrentamento, a UIA “...recebeu com benevolência as leis de proteção e fomento à indústria, já que estas satisfaziam [suas] reivindicações...” (WALDMANN, 1986, p. 182). As objeções se referiam ao estilo aplicado nas reformas sociais e ao personalismo de Perón.

Os grandes proprietários rurais opuseram-se totalmente à política social e discutiram a necessidade de melhorar a situação dos trabalhadores rurais, também Perón manteve relações conflituosas com a Sociedade Rural Argentina, corporação muito influente entre os grandes proprietários rurais.

Assim, o peronismo, pressionado pelas demandas de sua base social confrontou-se com as organizações dos proprietários mais poderosos do país. Este enfrentamento se manifestou na área econômico-social: aplicou uma política de controle de preços, de salários, dos bancos e do câmbio, visando transferir a renda dos setores agropecuários e industriais mais importantes para os assalariados e à classe média. O projeto peronista caracterizou-se pela distribuição da renda, porém não afetou significativamente as bases econômicas dos interesses tradicionais da sociedade argentina. Desde o ponto de vista político, procurou dificultar a expressão autônoma dos grandes proprietários (rurais e industriais) afastando-os das decisões de políticas.

A postura dos industriais era ambígua: por um lado tinham reservas a respeito dos métodos dirigistas do governo, e por outro percebiam no peronismo um aliado, dado que num breve lapso de tempo havia satisfeito uma série de reivindicações históricas do setor. Portanto, consideravam conveniente aceitar os planos de reformas sociais, de forma condicional, até que o governo correspondesse às suas demandas econômicas.

A partir de 1946, Perón prolongou a condução militar implantada desde 1943, dando a seu governo uma característica militarista. Incorporou conceitos tais como: centralização, autoridade, obediência, fidelidade, e reformou o sistema político de acordo com o modelo militar. Também absorveu no seu discurso termos militares tais como “inimigo”, “traidor”, “estratégia”, “tática”, “luta”, “batalha”, “triufo”, “vitória”, “retirada”, entre outros.

As concepções militares foram decisivas para a maioria das medidas políticas de controle: desconsideraram-se as instituições liberais e democráticas, para serem substituídas por um sistema hierárquico centralizador. O presidente, que estava à frente desse sistema era, no fundo, um supremo comandante político. Seus ministros e assessores políticos cumpriam as funções do Estado Maior. A administração estatal equivalia aos quadros de oficiais responsáveis de transmitir

as ordens centrais. O papel da tropa, que devia obedecer e executar as ordens, era assumido pelo povo (WALDMANN, 1986: 143).

Com efeito, Perón, figura carismática, de liderança indiscutível, ganhou um vasto número de seguidores de origem heterogênea: operários, forças armadas, parte da classe média e setores da burguesia estatal e da nova burguesia industrial, contribuíram para a construção da nova doutrina social, fundado na fidelidade e obediência ao regime.

#### **4. Conformação e periodização do regime peronista**

Para melhor análise deste período, incorporamos a periodização elaborada por Buchrucker (1987) que o divide em três etapas: etapa preparatória; primeiro governo peronista e segundo governo peronista.

##### **4.1. Etapa Preparatória:**

Buchrucker (1987) considera que, nesta etapa, Perón recebeu uma forte influência de instituições e fatos nacionais e internacionais, que marcaram sua definição política e ação posterior. Entre eles podemos citar:

##### **a) *As Forças Armadas e a participação de Perón no governo de 1943.***

Perón participou da loja maçônica militar secreta do Exército: o GOU (Grupo de Oficiais Unidos) que elaborou um programa simples de caráter neutral e anticomunista, seus integrantes eram uma fração do nacionalismo militar, porém o nacionalismo não era uma corrente hegemônica dentro do exército.

Em 4 de junho de 1943, Perón participou do golpe que afastou o presidente Ramón M. Castillo (1938-1942) e instaurou um regime militar que procurava “limpar e moralizar” o país, reduzindo a participação civil. Segundo Alejandro Horowicz (1986), o golpe de 1943 foi resultado da nova relação de forças internacionais que ainda não se tinham cristalizado no interior da sociedade argentina num projeto hegemônico. E como o bloco da classe dominante liberal não podia resolver esta tensão, para tanto se valeu do poder das Forças Armadas para impor seu projeto.

Perón teve como mérito ocultar rapidamente o vazio de concepção da 'revolução de 1943', e apoiando-se nos exemplos fascistas, desenvolve um programa próprio. Por sua iniciativa foram elaborados amplos relatórios sobre a situação das diferentes ramificações econômicas e implantou uma política de estímulos e proteção à indústria nacional. Também por iniciativa própria, realizou a indispensável reforma da legislação social, criando uma série de novas instituições no âmbito do trabalho e da saúde pública e formulando leis de proteção aos estratos mais baixos da população. Por influência dele abandona-se a atitude estritamente neutra e procurou-se maior aproximação com os Aliados, cuja vitória sobre as potências do eixo delineava-se cada vez com mais clareza. (WALDMANN, 1986, p. 133)

Waldmann reconhece em Perón uma participação quase decisiva no âmbito do governo da “revolução de 1943”, experiência que contribuiu com sua atuação posterior na presidência.

### **b) Doutrina Social da Igreja.**

A *Doutrina Social da Igreja* orientou a concepção filosófica e as políticas sociais do regime peronismo. “A doutrina social da Igreja enfatizava a necessidade de considerar o homem em todas as dimensões e não só como uma simples união de Leis econômicas, pretendidamente inexoráveis...” (BUCHRUCKER, 1987: 305).

Segundo Buchruker, depois do golpe de Junho de 1943 houve um acordo tácito de apoio neutro, entre os dirigentes peronistas e as altas autoridades eclesiásticas, selada pelo decreto lei que estabelecia o ensino religioso obrigatório em todas as escolas. Nas eleições de 1946, Perón contou com forte respaldo da Igreja, que se sentia atraída por sua doutrina social que, inspirava-se nas encíclicas papais. Porém, importantes setores católicos mostravam-se reticentes, e mesmo contrários a esta aliança. Mas a concepção católica nacionalista, liderada pelo Monsenhor Francheschi, acabou triunfando e a Igreja apoiou, no início, o regime peronista, porque temia uma possível avanço do comunismo no país.

### **c) Os modelos latino-americanos**

*Os modelos latino-americanos*, implantadas a partir da década de 1930, exerceram influência no peronismo. Existem alguns estudos que tentam estabelecer pontos de comparação entre o peronismo e outros movimentos de correntes populistas na América Latina. O brasileiro Skidmore (1975), por exemplo, concentrou suas análises nas políticas antiinflacionárias de Perón e Vargas.

Outros trabalhos apresentam um estudo comparativo entre a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), peruana e o peronismo, tentando marcar algumas características comuns entre Perón e Víctor Raúl Haya de la Torre, destacando a liderança personalista e contraditória, misturada com uma doutrina ‘flexível’. Ciria (1971) aponta que Haya de la Torre influenciou alguns aspetos da política peronista, como por exemplo, a intenção de divulgar sua doutrina por toda América, mediante a criação mediante da Agrupação de Trabalhadores Latino-americanos, com o apoio da Central Geral de Trabalhadores. Para isto, montou um complexo sistema de diplomacia operária, que chamou de *agregados operários*, que difundiam as idéias e as conquistas do regime peronista pelo

mundo. Esta iniciativa teve seus antecedentes no México, quando o presidente Álvaro Obregón designou agregados trabalhadores nas embaixadas.

A experiência de Getúlio Vargas no Brasil, (1930-1945), de Lázaro Cárdenas (1936-1940), no México e de Toro y Busch na Bolívia (1936-1939) contribuíram ideologicamente no processo formativo do peronismo.

No que diz respeito ao varguismo, é factível estabelecer certas comparações, Murmis e Portantiero (1971), definem três etapas básicas: a) a estruturação e suas formas de articulação; b) o controle do poder; e c) a perda do controle do poder. As mudanças que Vargas introduziu no Brasil, em sua primeira etapa de governo, remetem à Argentina de 1955, quando Perón é derrubado (Dulles, 1977).

Murmis e Portantiero (1971) analisam as diferenças entre o varguismo e o peronismo, e apontam que no governo de Vargas, a classe operária foi integrada ao regime diretamente, mediante organizações estatais. O Ministério de Trabalho se constitui no regulador das relações entre os trabalhadores e o Estado. Os sindicatos funcionavam como apêndices do poder, a ação dos trabalhadores no movimento nacional-popular era intermediada pelo Estado, que controlava sua mobilização e organização. No caso do peronismo, o movimento operário foi integrado ao Estado, no sentido de efetivar essa integração, pois os sindicatos, como aparatos institucionais, são anteriores ao governo de Perón e cumpriam uma função de mediação entre os trabalhadores e o poder político.

No governo de Vargas e de Perón foram implantadas algumas políticas protecionistas para beneficiar os setores operários. A legislação social de Vargas, em 1932, incluía a semana de quarenta e oito horas, melhoria do trabalho feminino, comissões mistas para resolver problemas trabalhistas. Os juízes do Ministério do Trabalho intervinham nos conflitos que não chegavam a uma conciliação, estes tribunais também foram implantados na Argentina.

Vargas, em 1940, anunciou seu Plano Quinquenal, para resolver dificuldades econômicas produzidas pela segunda grande guerra, e sentar as bases da siderurgia nacional. Perón desenvolveu dois Planos Quinquenais durante seu mandato.

Destaca-se, outrossim, idéias e concepções semelhante em relação ao conceito de 'justiça social', 'relações entre o trabalho e o capital', 'colaboração social', 'equilíbrio entre o individual e coletivo' (Ianni, 1968).

Nos discursos de Vargas e de Perón aparecem a idéia de “independência econômica”, o elogio do corporativismo e a crítica tanto do capitalismo, quanto do comunismo, além de defender o fomento da indústria e a estruturação sindicalista consubstanciada com o Estado.

Em algumas ocasiões, as influências se interceptavam e adquiriam distintos signos: na década de cinquenta Perón tratou de combinar ensaios corporativistas com a representação política individual, como na fundação da nova Província Presidente Perón. Simultaneamente proliferaram as *confederações* de profissionais, empresários, estudantes, esportistas, etc. Vargas já havia percorrido um território análogo na carta magna do *Estado Novo* (1937), porém seu sistema político continuou sendo bastante paradigmático. (CIRIA, 1971: 40)

No que diz respeito à influência das idéias do presidente mexicano Lázaro Cárdenas (1934-1940), podemos citar a defesa de uma política centrada na “justiça social”, apoiada na democracia caracterizada pela “melhor distribuição da riqueza”. Outro elemento comum é a denúncia das “oligarquias” e das forças econômicas estrangeiras, que tentavam dominar o Estado. Da mesma forma que o presidente mexicano, Perón procurou a “unidade” das classes operárias e definir um governo que fosse o “árbitro e regulador da vida social”.

***d) O peronismo recebeu influências do nacional-socialismo alemão, do Fascismo italiano e do Falangismo espanhol.***

Perón visitou Europa, no início do século XX, e entusiasmou-se com os métodos técnicos e organizativos dos italianos e alemães, no campo econômico e social. Admirava tanto a infra-estrutura industrial, quanto os mecanismos de promoção social desses países.

Entretanto, o peronismo não foi uma mera cópia do fascismo europeu. Embora, o peronismo e o fascismo, foram instaurados por setores opositores ao bloco de poder. No caso peronista, o antagonismo foi administrado dentro dos limites requeridos pelo confronto da nova classe dominante, com o bloco de poder tradicional, ou seja, o antagonismo sofre uma dose de neutralização.

Portanto, é mais adequado apontar os empréstimos e adaptações que o regime peronista fez destes modelos europeus, do que falar simplesmente de um fascismo argentino. É indiscutível que existiam certos elementos comuns aos regimes totalitário europeus, mas Perón recebeu também influência de sistemas políticos dos países do “Terceiro Mundo”.

A seguir, faremos uma breve síntese, tentando apresentar certas características próprias do fascismo, visando destacar suas diferenças, no que diz respeito ao regime peronista.

Renzo de Felice (1976) considera o fascismo um fenômeno histórico, que não pode ser generalizado fora de Europa. Iniciou-se no período de entre guerras, como consequência do

processo de transformação da sociedade européia, e pela crise da transição -moral e material- da sociedade tradicional para a sociedade de massas.

Segundo este autor, o fascismo se afirmou nos países onde predominava uma economia de tipo agrário-latifundiária e, em alguns dos casos, existiam importantes setores não integrados ao complexo econômico nacional. A sociedade enfrentava uma profunda crise econômica: alta inflação, desemprego, e aumento do custo de vida. Desde o ponto de vista político, a crise do sistema parlamentar fazia com que os setores socialistas, comunistas e alguns setores da burguesia questionassem a legitimidade do sistema. Por outro lado, estes países se defrontavam com problemas nacionais (presença de grandes minorias de outras nacionalidades) e coloniais, que a guerra não tinha resolvido e que, em muitos dos casos agravou. Estes problemas provocavam uma tensão nacionalista e o surgimento de tendências revisionistas em procura pelo “autêntico ser nacional”.

A tipologia de poder adotada pelo fascismo se afirmou através de uma concepção da política e de vida de tipo místico baseada na primazia do ativismo irracional, no desprezo pelo indivíduo ordinário, exaltando-se a coletividade nacional e as personalidades extraordinárias (elites e super-homens), e o mito do *chefe*. Assim se desenvolveu um regime político de massas, fundado na mobilização contínua, numa relação direta chefe-massa, baseado no sistema de partido único, da milícia do partido, e do controle de todas as fontes de informação e de propaganda. Por outro lado, procurava-se criar uma nova classe dirigente (pequena e média burguesia), que fosse a expressão do partido, além de montar um forte aparelho militar.

O papel do Estado foi intensificado, começou a intervir na direção da economia, sendo mediador dos conflitos trabalhistas, e os empresários passaram a atuar como funcionários estatais.

Os elementos que caracterizam o fascismo segundo de Felice (1976):

- O primeiro dos elementos é de tipo geográfico - cronológico: o fascismo foi um fenômeno europeu, que se desenvolveu no período de entre guerras. Existiam pré-condições morais, sociais e econômicas, anteriores às grandes guerras, que prepararam as condições para a implantação do fascismo. Porém, a crise estabelecida pela guerra foi a única e verdadeira causa de sua irrupção, dado que havia excluído à maioria da população do aparelho produtivo.
- O segundo elemento é sua base social: a pequena burguesia e o proletariado apoiaram o fascismo, entretanto, a burguesia liberal e católica não o aprovou.

...do ponto de vista de sua base social, o fascismo, foi um fenômeno basicamente de classe média, e sua elite também pertenceu a estas classes, ainda com uma característica que não pode ser subestimada, especialmente na fase das origens. Muitos dos chefes fascistas haviam vivido dois tipos de experiências particulares que freqüentemente somavam-se entre si: haviam militado em

partidos ou em movimentos de extrema esquerda em postos de responsabilidade ou haviam combatido na guerra. Esta situação suscitou neles uma atitude particular para encarar situações novas (DE FELICE, 1976: 334).

- O terceiro elemento se refere às condições sócio-políticas: Após a Primeira Grande Guerra, tanto os países vencedores quanto os vencidos sofreram profundas transformações. As classes médias afrontaram uma gravíssima crise, causada em parte, por problemas anteriores à guerra, vinculados ao processo de transformação e de massificação incipiente da sociedade, acompanhados da mobilidade social vertical.

Esta crise econômica e social afetou profundamente as camadas médias tradicionais - agricultores, comerciantes, profissionais, pequenos empresários-, que contavam com bastante autonomia. E atingiu também, as novas camadas médias -empregados, pequenos comerciantes, intelectuais assalariados-, que estavam pouco integrados e praticamente privados de autonomia. Ambos os setores vivenciavam uma perda progressiva de status econômico e social e enfrentavam a afirmação e crescimento do proletariado e da grande burguesia.

Num plano psicológico-político, esta crise da classe média produzia um estado de frustração social que, em muitos dos casos, desencadeou uma profunda inquietude, um confuso desejo de vingança e rebeldia, que foi assumindo modalidades destrutivas e revolucionárias, frente à sociedade excludente. Esse estado de frustração levou as classes médias a apoiar de maneira contundente o fascismo. Entretanto, a base social do peronismo estava constituída fundamentalmente pelas classes populares.

Desde o ponto de vista ideológico o fascismo diferenciando-se do peronismo foi uma experiência mais “totalitária”, que “mediadora”. E construiu uma doutrina oficial mais precisa, com uma estrutura ideológica mais definida.

... a principal diferença do peronismo em relação ao fascismo italiano, consiste, (...), nas classes que pertencem às massas mobilizadas e no tipo de mobilidade. A mobilidade na Argentina foi primária e a classe mobilizada foi a inferior. O peronismo foi um movimento ‘nacional popular’, provavelmente típico da mobilidade primária. Esta apresentava muitos traços totalitários mas, na realidade, não era muito diferente do movimento liberal popular -o partido radical- que havia dado uma expressão política ao primeiro estágio da mobilidade primária (DE FELICE, 1976: 191).

Porém, o peronismo acabou incorporando algumas das práticas políticas e idéias de caráter totalitárias, por exemplo: ênfase no papel da organização, ou anti-racionalismo, o conceito de terceira posição, as idéias de modernidade tecnológica, e o mito de um Estado Novo, entre outros.

O fascismo, da mesma forma que o peronismo teve uma intuição própria da moderna política de massa, fundamentada na consciência do papel que “mito” e “organização” desempenham nos movimentos coletivos da sociedade moderna.

O peronismo compartilhou em parte, a ideologia fascista em relação ao mito da juventude, considerada com capacidades especiais para dirigir a nação. Ambos os regimes desprezavam a classe dirigente burguesa, por monopolizar o poder, sem compromisso algum com o país e a nova sociedade emergente. Portanto era fundamental constituir uma nova classe dirigente, formar uma nova consciência e educar uma personalidade integral, na busca de uma nova cultura.

O peronismo se aproximou ao fascismo ao estabelecer um nexos orgânico entre cultura e política, explicado pela crise do racionalismo positivista e a difusão de novas “filosofias de vida”, idealistas e irracionistas. Política e cultura tornaram-se aspectos complementares de uma nova cultura política, que exaltava o valor criativo da ação. Considerava-se a política uma via para materializar a formação integral do homem, criando novas realidades históricas, formando uma “nova humanidade”. O mito do *homem novo vs. regime liberal* era um outro elemento comum a ambos os movimentos. Ou seja, formar um homem novo capaz de enfrentar e contribuir para o desenvolvimento industrial e tecnológico.

Ambos os regimes atribuíam a responsabilidade pelo atraso econômico aos governos liberais e à classe política dominante, que não sabia coordenar os recursos produtivos do país, para garantir um desenvolvimento homogêneo e acelerado. Deste modo, a nascente ideologia da industrialização era acompanhada por projetos embrionários de reorganização do Estado e de mobilização das massas, que propiciaram uma política de desenvolvimento econômico do país como potência mundial.

Tanto o peronismo quanto o fascismo consideravam que o regime liberal, deveria ser substituído por novas instituições, capazes de mobilizar as massas com mitos heróicos e transformá-las em forças organizadas para a revolução social ou para a política. Aliás, queriam criar uma nova civilização do trabalho, uma comunidade de “produtores” livres e autônomos. O nacionalismo afirmou o valor absoluto da nação, concebida como uma espécie de grande organismo natural, em que os indivíduos e as classes tinham uma posição instrumental e subordinada, ou seja, uma mística do “Estado Novo”.

O fascismo e o peronismo exaltavam o sistema corporativo e propunham uma política que era chamada de **terceira via** entre capitalismo e comunismo, como resposta moderna e eficiente à crise da sociedade contemporânea.

A massa era, para o fascismo, um material humano que podia ser plasmado através da sugestão do *mito* e da força coercitiva da *organização*, instrumentos fundamentais para nacionalizar as classes sem suprimi-las e para integrá-las em uma nova ordem. Segundo Gino Germani (1958), o totalitarismo, não quer súditos passivos procurava formar soldados fanáticos e ‘convictos’, e tratava de mobilizar toda a população.

Entretanto, o método neutralizador do peronismo foi diferente: aplicou uma mecânica que permitiu a subsistência de várias “elites”, que davam apoio no regime, articuladas a projetos antagônicos, na prática foi um regime baseado na conciliação das classes sociais. O Estado desempenhou um papel mediador entre as bases de sustentação opostas. Laclau (1979) destaca a pobreza ideológica e a falta de doutrina oficial do peronismo, o que de certo modo explica o caráter mediador do Estado.

#### *e) Influência do pensamento nacionalista*

O movimento nacionalista tem uma tradição contra-revolucionária de origem européia. Apoiava-se nas “leis naturais do catolicismo” e defendia a necessidade de reconstruir os estados patrimoniais das sociedades anteriores ao século XIX. A organização social desejada era de caráter hierárquico e corporativista.

Inspirados no catolicismo ultramontano do século XIX, defendiam os conceitos de ‘salvação’ e ‘hierarquias espirituais’, assim como idéias de **Edmundo Burke** e **Joseph de Maîtres** sobre a política tradicional. Abraçavam conceitos originados no idealismo alemão como ‘renovação da essência eterna’, além de enfatizar a primazia do político sobre o econômico como **Charles Maurras**. Os nacionalistas sempre se apoiaram nos militares e na Igreja, temiam a participação das massas. Representavam os interesses econômicos dos grandes comerciantes, industriais e banqueiros.

Na Argentina como representantes intelectuais do nacionalismo, podemos citar **Carlos Ibaguren, Manuel Gálvez e Leopodo Lugones**, que se inspiravam nas idéias de **Joseph De Maistre, Marcelino Menéndez y Pelayo e Charles Maurras** (intelectuais europeus).

No início o pensamento peronista incorporou muitos objetivos e orientações nacionalistas, mas rapidamente afluíram suas diferenças.

Perón fundou seu regime com apoio popular e seu objetivo fundamental não consistiu em restaurar um sistema patriarcal senão, pelo contrário, fixar uma nova sociedade fundada no desenvolvimento industrial com apoio dos sindicatos. Assim, Perón não se converteu num novo Rosas, anelado pelos nacionalistas. Para sua desilusão, segundo os nacionalistas, só ‘acordou os baixos instintos das massas’ (HOROWICZ, 1986:138).

Em fevereiro de 1946, Perón tinha enquadrado seu movimento segundo consignas reformistas, tendo como base social a classe operária. Os nacionalistas, que inicialmente o haviam apoiado, estavam arrependidos. Na verdade, eles pretendiam usar Perón para logo ocupar o poder, mas aconteceu o contrário. O líder conquistou habilmente o povo, e na prática, contradizia os ideais nacionalistas, dada sua política de massas. Perón, criticava os nacionalistas por sua condição de simples ‘teóricos, intelectuais, carentes de valores práticos’.

A maior discrepância entre Perón e os nacionalistas estava no conceito de ‘justiça social’. Para os nacionalistas significava “tutela, hierarquia e valores”, para Perón expressavam a transformação do status e das condições materiais das massas. Seu discurso apelava para a melhoria das condições de vida dos assalariados e não para a promoção de valores morais. Os Nacionalistas queriam o controle do movimento operário sem concessões. Perón, em contrapartida, outorgava certas regalias aos trabalhadores para receber apoio em compensação. Em consequência, Perón e os grupos nacionalistas tiveram uma relação mais de adversários que de aliados.

#### **4. 2 Primeiro Governo Peronista (1946-1951):**

O triunfo eleitoral de Perón, candidato do partido Laborista que foi formado nas vésperas das eleições com Cipriano Reyes (um sindicalista de orientação socialista), foi produto do reagrupamento das forças sociais e setores importantes da sociedade argentina. Embora o apoio fundamental fosse dado pelos setores operários organizados, que demonstraram ter um poder de convocatória e mobilização até esse momento impensado, o mesmo complementou-se com grupos de trabalhadores rurais do interior, setores de classe média baixa, grupos da burocracia (incluindo certos setores do exército) e núcleos de pequenos e médios industriais de ideologia nacionalista. Perón e os dirigentes mais ligados a seu projeto haviam conseguido estruturar um amplo movimento poli classista pró-estatal (nele o elemento nacional-popular se impunha sobre o classista), até então desconhecido na Argentina: uma coalizão majoritária que, dadas as características da situação sócio política, mostrava altas possibilidades de manter-se estável e dominante (AZNAR, 1982: 296).

Perón triunfou em 1946, sem uma estrutura partidária consistente, confrontando-se com um conjunto de partidos ideologicamente configurados e de longa tradição histórica. Uma vez no governo, dissolveu o Partido Laborista, que o levou ao poder, e criou o partido Peronista, que oficialmente foi constituído em 1948. Obteve a vitória eleitoral, com o apoio dos operários. As duas terceiras partes do seu caudal eleitoral vinham dos eleitores trabalhadores e o terço restante dividia-se em partes iguais, entre a União Cívica Radical Renovadora e o Partido Independente.

O peronismo nutriu-se de quadros provenientes do movimento operário: ex-comunistas, ex-anarquistas e ex-sindicalistas. Respaldou-se nos dirigentes socialistas, para

neutralizar a influência dos comunistas e posteriormente, também afastou os socialistas do governo, assim como todos os dirigentes que mostraram certa independência.

Deste modo, a

...dinâmica da política argentina ficou instaurada: a classe operária, um fragmento das classes médias da cidade e do campo e boa parte dos sem bandeira, se alinham por trás da figura de Perón, que conta com o aparelho do Estado e o respaldo da Igreja Católica. De outro lado, o que resta: uma pequena porção de trabalhadores, comprometidos politicamente com socialistas e comunistas, um fragmento muito ativo das classes médias das grandes cidades e todos os proprietários (HOROWICZ, 1986: 106).

O primeiro governo se caracterizou por uma política de caráter popular e estatizada.

Peter Waldmann considera que

...o Estado deve encarregar-se de uma série de funções gerais, o que lhe assegura certa superioridade sobre os agrupamentos sociais. Deve funcionar como árbitro entre eles, coordenando suas ações particularizadas, conduzindo os objetivos nacionais comuns, estando assim em condições de mobilizar por conta própria os meios necessários para atingir esses objetivos (WALDMANN, 1986: 54).

Nesta etapa, contou com meios econômicos e financeiros que favoreceram sua política de governo. Durante a Segunda Guerra Mundial, o país teve um saldo favorável no comércio com a Europa, pela venda de carnes e cereais. O governo militar, dias antes da vitória de Perón, sancionou uma série de decretos, que serviram de base para a futura política econômica do peronismo. Nacionalizou o Banco Central e os depósitos bancários, estabeleceu um novo regime para o Banco Industrial e criou o Instituto Argentino de Promoção e Intercâmbio (IAPI). Este instituto não nacionalizava o comércio exterior, era só um instrumento de direção e controle das exportações: as casas exportadoras operavam por conta própria e conservavam uma fatia do mercado onde atuavam diretamente. O IAPI garantia a renda agrária, o objetivo era que, quando os preços internacionais fossem bons, o IAPI financiaria o Plano Quinquenal, algo que jamais ocorreu. Na verdade, este Instituto funcionou como um dispositivo para defender os interesses latifundiários, comprando produtos quando os preços do mercado internacional baixavam.

O governo de Perón e dos militares da revolução de 1943 tinham os mesmos supostos que o programa implantado pelo governo de Juan P. Justo (1932-1938): as exportações agrárias deviam aportar divisas para desenvolver atividade industrial, porém sem modificar as relações de produção e propriedade existentes. A diferença radicava na natureza da relação entre patrões e empregados, enquanto, o presidente Justo propiciava medidas repressivas e

uma política ligada à polícia, Perón introduziu um modelo mais flexível; a classe operária não era um inimigo irreconciliável, senão uma base eficaz<sup>4</sup>.

Tanto o desenvolvimento das empresas industriais nacionais, subsidiadas pelo Estado, quanto as reformas sócio políticas, empreendidas até 1949, tiveram como fundamento a generosa utilização destes fundos (...) Em 1950, quando os recursos financeiros começaram a declinar, iniciou-se uma mudança de atitude nas forças sócio-econômicas, com respeito a Perón; por outro lado, Perón adotou um novo estilo de distribuição. Em lugar da distribuição relativamente alta dos meios, começou a impor uma canalização seletiva, que favorecia os partidários políticos do regime (WALDMANN, 1986: 58).

A atividade industrial cresceu, entre 1946 e 1950<sup>5</sup>, a situação financeira inicial do governo peronista era excepcional, porém havia um déficit na balança de pagamentos. Para implementar o Plano Quinquenal, o governo necessitava de 1.270 milhões de dólares, embora contasse com esse dinheiro, o projeto não foi cumprido, segundo Potasch (1981) devido à natureza social do governo peronista: o bonapartismo de fazendeiros e industriais.

Com efeito, o governo investiu 90% das reservas, em nacionalizar ferrovias e empresas de telefones.

... o programa do governo era o resultado de uma justaposição: um elemento era o Plano Quinquenal, cuja finalidade - segundo Miranda- estava assegurada pelo IAPI (ou seja, as exportações agrárias tradicionais), e o outro eram as nacionalizações, que consumiam o grosso das reservas acumuladas; as nacionalizações aportariam, segundo a propaganda oficial, o quantum de autodeterminação, de 'soberania', que possibilitaria a execução de todo o programa (HOROWICZ, 1986: 111).

Considerava-se que a nacionalização das ferrovias era a chave para uma política independente, pois beneficiaria os latifundiários e produtores, em primeiro lugar, e os industriais, em segundo. Mas quando foram nacionalizadas as estradas de ferro, o domínio britânico havia diminuído. Sua hegemonia mundial tinha sido substituída pela dos Estados Unidos.

Neste período estatizante o governo iniciou substanciais reformas políticas: uma delas foi a promulgação da Constituição em 1949 e algumas leis que a acompanharam, evidenciando a vontade intervencionista de ordem estatal. Também implantou o Primeiro Plano Quinquenal em 1947, visando ordenar as atividades econômicas, políticas e sociais do país.

Com respeito à sua relação com as Forças Armadas, neste período, até 1950, Perón desenvolveu uma política de isolamento e neutralização de influências, intensificou o controle

---

<sup>4</sup>Para este tema ver os trabalhos de: HOROWICZ, Ob.Cit.; CIRIA: Perón y el justicialismo, Siglo XXI, Bs.As. 1971; POTASH, R. El ejército e la política en la Argentina, Tomo I, 1938-45, Sudamericana, Bs.As., 1981

<sup>5</sup> Em 1946, Argentina dispunha de 1.100 milhões de dólares de reserva. Esse nível manteve-se durante 1947, para começar a cair em 1948; em fins de 1948, diminuíram a 258 milhões de dólares e em 1950 as reservas haviam-se evaporado por completo.

e a manipulação. Para neutralizar o exército, aumentou o número de generais e diminuiu a idade média do generalato, contando assim com a aceitação maciça dos jovens oficiais. Também explorava a rivalidade entre as armas e entre os distintos níveis hierárquicos.

A partir de 1949, começou a manifestar-se uma paralisação na economia. Depois de vários anos de prosperidade, o país enfrentava sérias dificuldades na balança de pagamentos. As divisas acumuladas nos anos de guerra tinham-se esgotado, e tornava-se impossível repô-las, porque a agricultura e a pecuária estavam em fase de paralisia. Os preços dos produtos agropecuários tinham diminuído no mercado internacional, provocando uma defasagem na balança de pagamentos.

Durante o primeiro governo, enquanto se contava com reservas líquidas, se praticou uma política econômica de caráter distributivo e de nacionalização de empresas. Porém, quando as reservas se esgotaram, foram promovidas medidas de crescente liberação da economia. O país submergiu-se numa acelerada inflação, o custo de vida aumentou rapidamente, e os salários dos estratos mais baixos da população não acompanharam esta defasagem. Este processo aprofundou-se em 1952, provocando uma mudança na política social e econômica. Foi implementado, o Segundo Plano Quinquenal, como tentativa de reordenar a economia nacional. O governo conseguiu dominar aos poucos a crise e em 1955 - momento do seu afastamento mediante um golpe militar-, a situação tinha-se normalizado em grande parte.

Waldman (1986) considera que o governo foi responsável da deficiente aplicação de inúmeras leis e disposições, só uma parte dos fundos destinados ao fomento da indústria eram usados para esses fins. Quase a metade era utilizada para outros objetivos, geralmente para cobrir o déficit das empresas estatais. Só uma parte do crédito era aplicada em investimento.

A principal reprovação que se formula a Perón é que seu governo praticou uma política de gastos que superava em muito as possibilidades econômicas e financeiras do país. O aumento do consumo por ela induzido não respondia ao aumento da produção, que só considerava a distribuição da riqueza nacional e descuidava do crescimento econômico (WALDMANN, 1986: 195).

Outra crítica formulada ao governo por Prebisch (1981) e outros é a utilização dos recursos estatais para fomentar a indústria leve e não para desenvolver a indústria de base, que permitira a independência econômica. Não melhorou o subministro de energia, nem a rede de comunicações, nem promoveu a indústria química e metalúrgica em grande escala.

O novo modelo de Estado apoiou-se doutrinariamente no conceito da “comunidade organizada”.

Foi, portanto, através de um compromisso entre forças sociais organizadas desde o Estado, que o pacto populista se concretizou. Do lado da sociedade civil, ou melhor, do lado das classes trabalhadoras urbanas, vemos como sua trajetória de um sindicalismo classista, autônomo e minoritário passa para um sindicalismo de massas, dependente e majoritário, traduzindo a forma como se deu a inserção política do proletariado na nova sociedade industrial que se formava (DE CAMARGO, 1980: 183).

O peronismo organizou um tipo de Estado que tinha uma forte base de apoio da massa trabalhadora. Isto não é difícil de entender se repararmos na ação política desenvolvida por Perón, que tentou cooptar o movimento operário argentino. Propagou um modelo de movimento operário, organizado baseado numa burocracia sindical forte, ligada diretamente ao Estado, fomentando assim um novo fator de poder.

A política do governo peronista procurou desenvolver um modelo produtivo de capitalismo nacional autônomo, mas só conseguiu implementar parcialmente este projeto. O período 1943-1952 caracterizou-se pelo avanço dos investimentos na indústria de capitais norte-americanos e um recuo dos capitais ingleses. O processo de capitalização nacional se expandiu aceleradamente em todos os ramos da indústria.

Esta expansão de capitalização obedecia a várias razões:

- a) Aumento das reservas em divisas acumuladas durante o período da Segunda Guerra Mundial, como resultado do desequilíbrio entre importações e exportações.
- b) Ampliação do mercado interno como consequência da política de pleno emprego e incorporação de amplos setores da população ao consumo urbano.
- c) Política de aumento da renda dos setores assalariados a partir de 1943.

Esta situação interna facilitou a implementação de uma política de certa independência com respeito aos capitais norte-americanos. Porém, no final da década de 1940, se produziu o esgotamento do modelo de substituição de importações. Argentina teve que importar tecnologia e bens de capital para expandir sua atividade industrial, o que originou um estrangulamento da capitalização interna, coincidindo com a acomodação do capitalismo internacional e com o fim do perigo de uma possível terceira guerra mundial. Além disto, os Estados Unidos recuperaram a hegemonia mundial.

#### **4. 3. Segundo Governo Peronista (1952-1955):**

No início da década de 1950, a economia argentina entrou em crise e o governo mudou a condução econômica, originando-se conflitos na política interna, que provocaram várias greves operárias, acompanhadas de uma forte repressão. Os embates que surgiram entre

os trabalhadores, o empresariado nacional e o Estado indicavam o início da ruptura da aliança de classes instaurada em 1946.

Em 1952, em função da alta inflação, o salário dos operários teve uma forte queda, fato que foi gerenciado pelo Estado mediante o controle da Central de Trabalhadores. Em 1953 foi criada a Confederação Geral Econômica (CGE)<sup>6</sup> visando intervir mais nas relações capitalistas. Ao mesmo tempo o governo interveio a Confederação de Associações Rurais de Buenos Aires e La Pampa (CARBAP), que reunia os proprietários que viviam da renda agrária e geralmente não conseguiam comprar novas terras. O resto, dos grandes fazendeiros, estava nucleado em torno da Sociedade Rural. Portanto, esta intervenção não significou um “golpe” contra a oligarquia.

Em 1954, a economia tinha-se estabilizado: o governo conseguiu administrar a crise econômica e política, desencadeadas no início da década. Mas o regime enfrentava à hierarquia eclesiástica, a Igreja, que até então havia mantido excelentes relações, rompeu a “aliança” com Perón. O líder político perdeu o apoio dos nacionalistas católicos que tinham acompanhado sua gestão.

Os conflitos com a Igreja iniciaram-se a partir de 1951, uma vez que o...governo tornava-se cada vez mais autoritário e repressivo e a Igreja cada vez mais distante e mais crítica. Nesta conjuntura, alguns leigos de tendência democrata-cristã formam grupos com o objetivo de constituir um partido que não seria mais oficialista, isto é, que se propunha a sair do controle que o governo exercia sobre todas as outras organizações políticas, carregando consigo, inclusive, grande número de nacionalistas, que se diziam unicamente católicos e queriam lutar contra o 'totalitarismo' de Perón (DE CAMARGO, 1980: 195).

Os jornais peronistas promoveram uma campanha contra os católicos que manifestavam nas ruas contra o regime, gerando um clima sumamente repressivo na sociedade civil. Diante disto, o Congresso majoritariamente peronista aprovou leis que afetavam diretamente os interesses dos católicos:

1. Revogação da lei do ensino religioso nas escolas.
2. Legalização da prostituição e do aborto.
3. Lei que estabelecia a separação da Igreja e o Estado.

A esta pugna soma-se a radicalização do partido Socialistas e da União Cívica Radical, que inicialmente não havia oferecido resistências às políticas do governo peronista. Finalmente, o próprio exército opunha-se às mudanças da orientação econômica, além de não concordar com a candidatura para a vice-presidência da Nação de Eva Duarte, esposa de

---

<sup>6</sup> Na CGE reuniram-se os industriais que simpatizavam com Perón e na CARBAP estavam agrupados os latifundiários que tinham apoiado o golpe de 1943, mas nenhuma destas duas organizações proporcionava comandos civis nem defensores do regime peronista.

Perón, nas eleições de 1951. Os militares o obrigam a desistir da candidatura, organizaram uma rebelião, que foi sufocada, mas era a primeira manifestação de descontentamento das Forças Armadas.

Com efeito, o esgotamento do projeto distributivo, o afastamento de alguns setores da coalizão original e o acionar das forças econômicas e militares de oposição, foram os elementos determinantes do processo de instabilidade política que culminou com o golpe militar em 1955. O final do governo iniciou-se em Córdoba, comandado pelo General Eduardo Lonardi (1955-1955), que simpatizava com as idéias nacionalistas. As forças que o tinham apoiado não ofereceram a menor resistência. Isto pode ser explicado segundo De Camargo (1980) pelo caráter vertical que se havia dado à direção sindical, que esperava uma ordem do Estado para resistir ao golpe.

Enfim, além da classe operaria, Perón não conseguiu criar bases de sustentação e aceitação dentro de outros grupos sociais,. Sua prática política excludente acabou isolando-lo politicamente. Setores que primeiramente tiveram uma política neutral, lentamente foram tomando uma postura de oposição e os historicamente opositores lhe negaram legitimidade política. Isso acabou desencadeando uma profunda polarização entre o movimento peronista e as forças opositoras. Finalmente, a oposição uniu e articulou suas forças contra Perón: a classe média fundamentalmente expressadas pela União Cívica Radical e outros partidos menores, os proprietários da terra mediante a Sociedade Rural Argentina e os grandes industriais nucleados na União Industrial Argentina, acabaram com o regime.

## REFERENCIAS

- AZNAR, L. Partidos políticos y coaliciones sociales en Argentina, Un estudio sobre la inestabilidad del sistema político argentino, con especial referencia al caso del movimiento peronista, En Revista Politeia. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Publicación anual del Instituto de Estudio Políticos, 1982.
- BUCHRUCKER, Cristián. Nacionalismo y Peronismo-La Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1952). Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1987.
- CAMARGO, Sonia de: O nacionalismo conservador e o nacionalismo popular na política argentina. São Paulo, 1980, Tese de Doutorado, Dt. de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CIRIA, A. Perón y el justicialismo. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- DE FELICE, R. El fascismo. Sus interpretaciones. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1976.
- GERMANI, Gino. Integración Política de las masas y el totalitarismo. Buenos Aires: Inst. Di Tella, 1958.
- DULLES, John W . Foster. Getúlio Vargas: biografia política. Trad. Sérgio e Marisa Bath. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1977.

- HOROWICZ, A. Los cuatro peronismos. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.
- IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- IANNI, O: A formação do Estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- IPOLA De, E. Ideologia y discurso populista. México: Editorial Folios, 1982.
- LACLAU, E. Política e ideologia na Teoria Marxista, Capitalismo, Fascismo e Populismo. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- LACLAU, E.: Política e ideologia na Teoria Marxista, Capitalismo, Fascismo e Populismo. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- PINKASZ, D. La formación pedagógica de los profesores de enseñanza media argentina. 1930 1945, Tesis de Maestría. FLACSO-CONICET, 1989.
- PORTANTIERO, J.C. y MURMIS, M. Estudios sobre los orígenes del peronismo. Buenos Aires, 1971.
- PREBISCH, Raúl. Capitalismo periférico, crisis y transformación. México: Fondo de Cultura Económica, 1981
- SKIDMORE, T. Brasil: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 3ra. Edição.
- WALDMANN, P. El Peronismo 1943-1955. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.
- WALDMANN, P.: El Peronismo 1943-1955. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.